

A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás¹

José Novais de Jesus

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA) – 2010

Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – UNU Quirinópolis.

E-mail: novaisdejesus@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo visa debater a relevância da Pedagogia da Alternância no processo educativo e na consolidação da educação no/do campo. A reflexão se dá em torno da alternância realizada por meio das Escolas Família Agrícola (EFAs) e pensa o campo a partir dos camponeses e de uma escola que responda aos seus interesses e ao mesmo tempo possibilita uma formação implicada com a sua realidade, qualificação técnica para viabilizar o fortalecimento da agricultura camponesa e criação de alternativas de resistência e permanência nesse espaço. A educação na pedagogia da alternância possibilita aos educandos períodos alternados. Eles permanecem de uma ou duas semanas na escola; um tempo maior, na família e na comunidade. Essa dinâmica busca estabelecer o diálogo entre a teoria e a prática para dar vida às experiências do cotidiano e das lutas dos trabalhadores por terra, por políticas públicas para instrumentalizar as conquistas em prol da educação dos povos do espaço rural.

Palavras-chave: Pedagogia da alternância, educação do campo, políticas públicas.

Resumen

La pedagogia de la alternancia y el debate de la educación en el/del campo en el estado de Goiás

Este artículo busca debatir la relevancia de la Pedagogía de la Alternancia en el proceso educativo y en la consolidación de la educación en el/del campo. La reflexión se da en torno de la alternancia realizada por medio de las Escuelas de Família Agrícola (EFAs) y piensa el campo a partir de los campesinos y de una escuela que responda a sus intereses y al mismo tiempo posibilite una formación implicada con su realidad, calificación técnica para viabilizar el fortalecimiento de la agricultura campesina y crear alternativas de resistencia y permanencia en ese espacio. La educación en la pedagogia de la alternancia possibilita a los alumnos períodos alternados, ellos permanecen de una a dos semanas en la escuela; y un tiempo mayor, en la familia y en la comunidad. Esa dinámica busca establecer el diálogo entre la teoría y la práctica para dar vida a las experiencias cotidianas y de las luchas de los trabajadores por la tierra, por políticas públicas para instrumentalizar las conquistas en pos de la educación de los pueblos en los espacios rurales.

Palabras claves: Pedagogía de la alternancia, educación del campo, políticas públicas.

¹ A pesquisa que deu origem a este artigo assentou-se na Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás, 2010. Goiânia-GO.

Abstract

The pedagogy of alternation and debate over education for/in the countryside in Brazil's Goiás state

This article debates the importance of the “Pedagogy of Alternation” as an educational method utilized in consolidating the “Education for the Countryside” projects. In this pedagogical approach, rural youths study during two distinctly different periods – an intensive educational time at a boarding school and a time in their home communities. The discussion is based on the experience of students at Agrarian Family Schools (EFA – Escola Família Agrícola) in the state of Goiás, Brazil. Typical of the Education for the Countryside project, the EFA responds to the interests of its agricultural students, combining a broad education that values rural life with technical qualification to facilitate small-scale production and fortify alternatives for peasants to resist and maintain their rural space. As practiced at the EFAs, the alternation method has students at the school for one or two weeks and at home in their communities for equivalent periods. This dynamic seeks to establish a dialogue between theory and practice, adding meaning to everyday experiences and to the struggle of rural workers as they fight for public policies to consolidate their conquests in favor of the countryside education project.

Keywords: Pedagogy of alternation, education for the countryside, public policies.

Introdução

As lutas por educação de qualidade fizeram surgir novas experiências, as quais possibilitaram alternativas pensadas e geridas pelos trabalhadores camponeses, movimentos sociais do campo e instituições religiosas. Dentre as várias concepções de educação que trabalha a educação no/do campo, destacamos a contribuição da Pedagogia da Alternância realizada pelas Escolas Família Agrícola (EFAs) de Goiás.

Este artigo é parte de estudos e análise realizada a partir das práticas das ações pedagógicas das EFAs do Estado de Goiás, localizadas nos municípios de Goiás, Orizona e Uirapuru. Neste sentido, constatou-se a necessidade de pesquisas e estudos teóricos dos procedimentos metodológicos da Pedagogia da Alternância para compreender a sua dinâmica e os desafios da proposta educativa de investir na formação pedagógica para os professores/monitores e a necessidade de fortalecer a Educação Profissional. O estudo teve como metodologia a pesquisa de campo, entrevista dirigida com professores, alunos e famílias camponesas e leituras referentes à temática em questão.

A Pedagogia da Alternância no Brasil, apesar da sua relevância, é pouco estudada. Carece de pesquisas que possam ajudar a compreender do ponto de vista teórico, a construção e o desenvolvimento metodológico e pedagógico, desse projeto educativo no ensino escolar, seja no ensino médio ou na Educação Profissional (Técnico em Agropecuária). Essa problemática surge da necessidade de desenvolver estudos aprofundados devido às dificuldades que as escolas que trabalham a alternância vêm enfrentando na operacionalidade dos instrumentos pedagógicos e no processo de ensino aprendizagem. Necessita-se de uma sistematização de todo o processo metodológico para ajudar na formação e na prática docente dos formadores da educação na alternância a realizarem-se o acompanhamento e a orientação aos adolescentes, jovens e às famílias camponesas.

Em suma, vale ressaltar que as EFAs pesquisadas trabalham com um público dotado de particularidades comuns e diferenciadas. A maioria dos educandos é de agricultores, muitos deles assentados da Reforma Agrária. Com isso constatamos que o campo ainda é uma alternativa viável para aqueles que querem permanecer na terra, ou seja, há gente

voltando para o espaço rural. Os trabalhadores que outrora residiam no campo retornam a esse espaço.

A proposta de um projeto diferenciado é destacada pela educação do campo, porque tem a preocupação de proporcionar a formação sem desvincular o aluno do campo, do seu meio familiar e cultural, trabalhar os confrontos dos saberes científicos com os saberes cotidianos na interface dos diferentes espaços – formação profissional e a importância das instituições públicas e privadas durante a trajetória formativa do alternante para o aperfeiçoamento dos jovens.

Logo, a educação profissional precisa receber melhor atenção por parte das associações e das coordenações pedagógicas, pois tem uma função importante, mas faltam profissionais técnicos e com formação específica para atuarem nas EFAs e fortalecer a agricultura camponesa, qualificar os jovens camponeses e ajudar a desenvolver as possibilidades de permanência no campo. Uma vez que o território camponês vem sendo construído por meio das ocupações e a materialização dos Projetos de Assentamentos rurais de Reforma Agrária e na resistência dos milhares de trabalhadores camponeses que continuam no campo, produzindo alimentos e recriando o seu modo de vida.

A temática em questão questiona qual é a educação que está sendo ofertada no espaço rural, pois existem muitas diversidades regionais no Brasil. Para um projeto de educação no/do campo² é preciso também saber das dificuldades existentes aí e trabalhar as contradições presentes no território camponês e na sociedade de modo geral. É preciso atentar por uma educação voltada aos interesses da vida no campo e ao mesmo tempo rever o método de ensino que desumanamente não respondeu às necessidades dos camponeses.

A educação ligada à vida, à cultura, ao trabalho, à política e à cidadania se faz necessária para repensar as práticas pedagógicas nas escolas localizadas no campo. A concepção de educação nesse meio e a experiência realizada pelas Escolas Família Agrícola necessitam de alguns questionamentos: Como os camponeses participam da construção dessas propostas que norteiam o repensar da educação do campo? Quem pensa a educação na Pedagogia da Alternância?

As experiências em curso por educação vêm demonstrar a importância de refletir essas iniciativas como positivas para o fortalecimento da luta no campo. Por isso, a Pedagogia da Alternância vem trazer algumas contribuições para o debate do ponto de vista teórico e prático. Apesar das dificuldades, têm uma relevância importante para a educação do campo por desenvolver uma proposta pedagógica que procura trabalhar a partir dos aspectos socioculturais do homem do campo e no campo. Esta será a abordagem do próximo tópico.

A Educação na Alternância: uma proposta do campo para o ensino no campo

A alternância é o período alternado de vivência e estudo na Escola, na Família e Comunidade. Nesse sentido a alternância passa a exercer uma função metodológica e pedagógica no processo formativo dos educandos. As Escolas Família Agrícola (EFAs) têm a preocupação de fazer com que a alternância se dê na própria família e no espaço rural. Para que a formação dos jovens e adolescentes do campo aconteça, utiliza-se de espaços e tempos diferentes divididos entre o meio socioprofissional (família, comunidade e trabalho) e no espaço escolar em regime de internato, com ênfase na formação integral do aluno e no desenvolvimento local

² Educação no/do campo: educação “no campo” está vinculada à localização do ensino especificamente no espaço do campo. A educação “do campo” é uma proposta que tem sido defendida pelos sujeitos sociais organizados, como forma de garantir interesses culturais, econômicos e sociais da população trabalhadora no campo. (SOUZA, 2006, p.62). (Grifo nosso).

A formação na alternância tem como objetivo principal possibilitar a educação em tempo integral, envolver as famílias na educação dos filhos, fortalecer a prática do diálogo entre os diferentes atores que participam dos processos de formação dos educandos. Além de proporcionar qualificação técnica (técnico em agropecuária) aos estudantes camponeses/as com o intuito de fortalecer a agricultura camponesa - estudar e continuar no campo, contribuir nos trabalhos da propriedade familiar, desenvolver alternativas de permanência na terra, dessa forma, diminuir a migração campo/cidade. Essa prática implica em debater políticas públicas para as demandas que existem no campo.

A alternância ajuda o aluno a conhecer e valorizar o seu modo de vida, a cultura local e despertar a consciência crítica, ampliando seus conhecimentos. A escola é espaço da reflexão teórica e de aprofundamentos das questões relevantes de interesses dos alunos e das famílias. O tempo de permanência do aluno no espaço familiar e na comunidade é o momento para confrontar a teoria com a prática, pesquisar, realizar experimentação de novas práticas, troca de experiências, trabalho e indagações. Ou seja, desse ponto de vista, a formação na alternância é contínua.

Pensar o campo numa perspectiva que não seja somente do ponto de vista da produção é, antes de tudo, concebê-lo como espaço de vida, das manifestações culturais, das lutas e (Re) existência, das contradições, das disputas territoriais que estão sendo deflagradas com a expansão do agronegócio, ou seja, da grande propriedade capitalista e por outro lado, a propriedade não-capitalista, a propriedade camponesa.

A luta pela terra, as ocupações, as desapropriações de propriedades improdutivas estabelecem uma configuração de novas territorialidades que surgem a partir dos Projetos de Assentamentos rurais. Essas contradições e os confrontos, os enfrentamentos com o latifúndio moderno é que definem de forma explícita os modelos de produção agrícola que implicam na construção de novos territórios, ou seja, o território camponês. A resistência dos camponeses as lutas para permanecer na terra e produzir, faz com que a propriedade camponesa seja concebida como terra de trabalho e não terra de “negócios”, como pensa a lógica capitalista do agronegócio.

Neste sentido, analisar as contribuições da “Pedagogia da Alternância” e seus procedimentos metodológicos na perspectiva de consolidar a educação no espaço rural nos remete a uma reflexão profunda dos avanços e possibilidades desse projeto pedagógico que há mais de 40 anos vem sendo trabalhado em vários estados da federação brasileira, Porém, ainda não recebeu a devida atenção dos órgãos públicos. Apesar de entender como necessário e direito dos povos do campo a ter acesso a uma educação diferenciada, como afirma (SECAD, 2007, p.16):

A Constituição de 1988 é um marco para a educação brasileira porque motivou uma ampla movimentação da sociedade em torno da garantia dos direitos sociais e políticos, dentre eles o acesso de todos os brasileiros à educação escolar como uma premissa básica da democracia. Ao afirmar que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (Art. 208), ergueu os pilares jurídicos sobre os quais viria a ser edificada uma legislação educacional capaz de sustentar o cumprimento desse direito pelo Estado brasileiro. No bojo desse entendimento, a educação escolar do campo passa a ser abordada como segmento específico, prenhe de implicações sociais e pedagógicas próprias.

A necessidade de ampliar o debate em prol de uma proposta de educação do/no campo tem respaldo em vários setores da sociedade e também do poder público que reconhece o direito das populações do campo em ter escolas diferenciadas e que respondam aos seus interesses e anseios, numa perspectiva que venha contribuir para uma formação geral e humana. As diversas propostas que estão sendo construídas pelos vários movimentos sociais do campo, se dá em um esforço conjunto de reelaborar a educação para responder satisfatoriamente aos direitos que os povos do espaço rural têm de exercer a sua cidadania e o direito de estudar sem precisar deixar o campo.

Entretanto, há uma falsa compreensão que concebe a educação na alternância apenas como períodos alternados na “escola e na família”, sem atentar que essa modalidade educativa é um processo, uma metodologia, ou seja, é um método dinâmico e complexo que vai desencadear dentro de um contexto a integração de tempos em diferentes espaços a partir de uma problematização que exigirá do corpo docente uma preparação/formação para intermediar a reflexão provocada pela problemática vivenciada pelos trabalhadores camponeses. Isso requer uma teorização e um conhecimento de causa para desenvolver os conteúdos técnicos e humanísticos. De acordo com Queiroz (2004, p.103), afirma que:

O grande desafio para a escola da alternância é articular essas relações com o saber na integração realidade da escola e realidade do trabalho. Pois não se trata apenas de articular os dois espaços, dois lugares diferentes. Mas é necessário “colocar em coerência duas relações com o saber num projeto de formação”. E para isso se faz necessário “uma pedagogia do saber partilhado” que reconhecendo as diferenças e as contradições às torne formadoras. (Grifos do autor)

Para isso, é preciso articular e integrar o sistema educacional, estabelecido a partir dos objetivos e problemas levantados por meio de uma construção coletiva e participativa, em que os diferentes atores (professores, pais, educandos, associações locais, comunidades rurais, instituições de apoio, os movimentos sociais, os poderes públicos locais, estadual e federal) deve participar ativamente para tornar o processo de ensino na alternância integrativo, e viável do ponto de vista pedagógico. Sem a participação desses atores, o processo formativo na alternância fica comprometido, principalmente quando a escola não tem clareza da finalidade da alternância e também quando não há o acompanhamento pedagógico que é necessário para a formação na alternância.

A proposta pedagógica da alternância concatenada implica num método adequado para o espaço rural. Pelo fato de trabalhar não somente a lógica dos conteúdos, mas sim a lógica do aluno, o seu contexto social. Isso porque visa à promoção do desenvolvimento local por meio da formação que será oferecida aos educandos. A formação tem como compromisso estimular os alunos a desenvolver projetos para o desenvolvimento do meio socioprofissional. O sucesso dessas atividades depende da participação e envolvimento das famílias e das comunidades rurais no processo de formação. Diante dessas demandas, as escolas no campo têm uma função importante e desafiadora: ajudar a trabalhar a formação das famílias camponesas para motivá-las a tomar consciência do seu papel de sujeito na sociedade.

Portanto, o ensino não deve acontecer de forma aleatória, e é possível quando todos os instrumentos pedagógicos estiverem claros para Associação da escola, para os professores/monitores, pais, alunos, instituições de apoio e as comunidades camponesas. Ao contrário, o processo formativo não responde pedagogicamente aos objetivos propostos para uma formação diferenciada e comprometida com as transformações sociais.

Os instrumentos pedagógicos que norteiam o processo de formação na escola da alternância devem efetivar as atividades nos diferentes espaços: familiar, comunitário e profissional; na escola onde há reflexão, questionamentos, análises, sínteses, aprofundamentos e problematizações. Enumeramos os considerados mais importantes: Plano de Formação; Plano de Estudo; Socialização da Pesquisa (ou colocação em Comum) do Plano de Estudo; Visitas às Famílias, Caderno da Realidade (Caderno da vida); Viagem de Estudo. Dentre todos os instrumentos, destacam-se Plano de Formação e o Plano de Estudo.

Sobre o Plano de Formação, Gimonet (2007, p.70) afirma que:

A formação alternada supõe “dois programas” de formação: o da vida e o da escola. O primeiro oferece conteúdos informais e experienciais, e o segundo conteúdos formais e acadêmicos. Cada um desses “programas” possui sua própria lógica. O Plano de Formação tem como objetivo reunir numa terceira

lógica, as duas lógicas complementares, mas muitas vezes, contraditórias, que são a da vida e a dos programas escolares.

Neste sentido, o Plano de Formação orienta toda a dinâmica pedagógica que envolve os vários atores responsáveis pela formação dos/as educandos/as. O Plano de Formação articula todos os instrumentos pedagógicos e as reais condições para realizar-se um ensino interdisciplinar, ou seja, dialogar com as diferentes áreas do conhecimento.

O Plano de Formação é mais que um programa nas EFAs: constitui a trama desta organização, fruto de um trabalho que integra pais, alunos (as), monitores (as), orientadores (as) de estágio. É singular a cada EFA, respeitando os contextos político, econômico, social, cultural e profissional.

O Plano de Estudo (PE) é um instrumento pedagógico que visa estudar e pesquisar temas ligados à realidade da vida (aspectos econômicos, sociais, políticos, religiosos, culturais e ambientais). Estes temas devem ser levantados, debatidos e escolhidos pelos alunos, pais e monitores/professores.

O Plano de Estudo (PE) é um instrumento fundamental na Pedagogia da Alternância. Através dele se dá a integração da vida do aluno e da comunidade com a EFA, criando-se assim, no aluno, o hábito de ligar a reflexão com a ação e de partir da experiência para a sistematização científica. O PE, na verdade é uma pesquisa que parte de um tema gerador, e que o aluno, o alternante, leva para desenvolver durante a sessão que passa em casa. Para isso, o diálogo entre o aluno, os monitores e a família constitui a base desse instrumento. (ZAMBERLAM apud ARAÚJO, 2007, p. 48).

O Plano de Estudo ajuda no levantamento de dados concretos e vivenciados pelos educandos, de um determinado tema que se queira aprofundar e estudar. As questões do PE são elaboradas pelos alunos, com o acompanhamento dos monitores/professores, e são refletidas e respondidas com as famílias e na comunidade. Para Nascimento (2005 p.68) "a família não possui o saber científico. Por isso, o Plano de Estudo é uma forma de valorizar o saber popular existente e presente na realidade do educando/a". Esse instrumento pedagógico tem como função favorecer o diálogo entre o saber popular e o saber científico entre família e escola, escola e comunidade. O que é importante dessa dinâmica é que a pesquisa, ou seja, a reflexão do PE terá de provocar uma tomada de atitude frente ao problema estudado.

Ainda referente ao Plano de Estudo, Gimonet (2007, p.65) diz:

O Plano de Estudo é a atividade de base para desencadear o processo formativo na experiência e coleta de dados do terreno. A Colocação em Comum representa a atividade de junção entre os dois espaços-tempos do processo de formação. Dela emerge um questionamento que constitui o ponto de partida para pesquisas e aprofundamentos. A visita de estudo e/ou a intervenção externa de um prático trazem um outro exemplo de prática profissional, de organização ou de outro aspecto. Elas constituem, sobretudo, para o grupo, uma referência comum sobre o qual os aportes teóricos podem se basear. Todo este conjunto forma o fundamento para os aportes e aprofundamentos teóricos de natureza diversa e variada segundo os temas tratados com um conteúdo técnico ou tecnológico e outro mais geral (mais científico para uns, mais econômicos ou culturais para outros...). Deste jeito, os conteúdos do programa encontram-se abordados e associados, de maneira cruzada e interdisciplinar. E as possibilidades de construção de sentido pelo alternante, de relação e articulação entre os saberes e as aprendizagens, se vêem otimizadas.

O Plano de Estudo constitui um dos instrumentos pedagógicos de grande relevância. As reflexões, aprofundamento, debates, teorização e sistematização do "problema"

pesquisado que irão implicar como resultados em atividades de retorno, ou seja, toda essa investigação que envolveu a escola (equipe de monitores/professores), alunos, pais e as comunidades terá que provocar mudanças de atitudes nos educados que irão intervir e participar das mudanças necessárias no seu meio socioprofissional. Por isso os instrumentos precisam ser trabalhados com muita objetividade e profissionalismo.

Essa organização visa promover a formação dos jovens camponeses considerando o contexto socioprofissional e a sua problemática. Entre as diversas funções do Plano de formação, estão a articulação dos saberes da vida do jovem do campo com os saberes escolares do programa oficial; associação dos conteúdos profissionalizantes (técnicos) e os conteúdos gerais humanísticos; facilitação da aprendizagem dos educandos e acompanhamento aos mesmos nos diferentes espaços e territórios, quer dizer, nos ambientes escolar e familiar.

Essa dinamicidade na metodologia da alternância define as finalidades e objetivos para os procedimentos dos processos de ensinoaprendizagem que precisam acontecer de forma integrada. A primeira etapa dá ênfase à formação integral do jovem alternante, levando em consideração todos os aspectos: pessoal, espiritual, cultural, histórico, social, político, ambiental e econômico. Todo o projeto está voltado para o desenvolvimento do espaço vivido, ou seja, a escola tem o compromisso de orientar e incentivar alternativas para viabilizar o desenvolvimento socioeconômico das famílias e das comunidades. O processo formativo se articula por meio da alternância. Constituída por diferentes atores que se organizam por meio de uma Associação, incluindo pais, famílias, profissionais e instituições. As EFAs são centros de formação coletiva e de animação comunitária que possibilitam as condições para a formação permanente dos trabalhadores camponeses, provocando uma tomada de consciência sobre os problemas da sua realidade. O aprofundamento dessa discussão continuará no próximo item.

A pedagogia da alternância: um método em construção

A utilização da alternância no processo da educação escolar vem ganhando atenção nos meios acadêmicos. Mas essa experiência pedagógica, na verdade, não é uma prática nova. Existe desde a década de 1930, quando surgiu na França, com a experiência das Casas Familiares Rurais (CFRs) com a participação de jovens camponeses. Com isso nascia uma proposta pedagógica de educação do espaço rural.

A preocupação é saber como se organiza a alternância. Segundo Queiroz (2004, p.92), “Ao responder esta questão, encontramos uma grande variedade de experiências e de teorias que vão desde uma simples alternância entre tempos e espaços, sem nenhuma preocupação de ligação, de interação e de sintonia, até uma bem elaborada integração”. Neste sentido, a formação em alternância precisa ser integrativa, para garantir a continuidade do ensinoaprendizagem mediado pelos instrumentos pedagógicos e metodológicos que são ou devem ser exercidos/estabelecidos num processo de formação contínuo e dialético.

A experiência com a Pedagogia da Alternância vem demonstrar que é uma prática educativa importante no campo da educação formal e não-formal, mas ainda assim, percebemos que há muitas dificuldades de uma compreensão profunda e clara referente à alternância e da sua metodologia na formação escolar.

A discussão traz algumas contribuições para o aprofundamento do debate em relação às diferentes alternâncias que podem concebê-las como falsas e verdadeiras.

Segundo Gimonet (2007, p.120): é possível encontrar três tipos de alternância pedagógica nos Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs):

- a) *Alternância Justaposta* que é denominada pela sucessão dos tempos de trabalho e estudo, mas sem nenhuma ligação entre eles. Ou pode ser considerada como a falsa alternância. Pelo fato dos conteúdos não estabelecerem nenhuma relação, ou repercussão sobre o outro.

- b) *Alternância Aproximativa* tem como meta a organização didática que integra os dois tempos da formação. Possibilita a soma de atividades profissionais e de estudo, mas não existe nenhuma integração entre os dois tempos, quer dizer, escola e o contexto socioprofissional.
- c) *Alternância Real, também chamada de Alternância Integrativa*. Esta não se limita a uma sucessão dos tempos de formação teórica e prática, mas realiza uma estreita conexão e interação entre os dois, além de um trabalho reflexivo sobre a experiência. Este tipo de alternância privilegia o projeto pessoal e coloca o formando como ator envolvido em seu meio.

Queiroz (2004, p.96) argumenta que:

O primeiro componente é o alternante, na medida em que a Pedagogia da Alternância requer que esta pessoa em formação tenha condições e capacidades de se assumir como sujeito de sua própria formação, pois a inserção no processo de formação por alternância significa que “um ator sócio-profissional entra em formação permanente”. E nesse processo de formação permanente, existem várias estratégias em ação: a personalista, ou seja, a centralidade experiencial; a produção de saberes e a autonomização.

Vale ressaltar que diante da variedade de alternância cabe perguntar: Qual é o tipo de alternância que é desenvolvida nas EFAs de modo geral? Como são os procedimentos para que a alternância seja integrativa e reflexiva? De acordo com os autores acima mencionados, põe-se em questão a discussão e a necessidade de aprofundamento teórico para debater e compreender a Pedagogia da Alternância.

Pode-se acontecer que a Escola que não tenha uma compreensão clara desse processo, mesmo utilizando a alternância, não estabelece nenhuma relação de ligação com a realidade e com a reflexão teórica e metodológica que seria intermediada pelos instrumentos pedagógicos, unindo-se teoria e prática, ou seja, a alternância, desse ponto de vista, torna-se falsa. Quando a escola deixa de estudar e de aplicar os instrumentos pedagógicos da alternância, desarticula a dialética do processo formativo.

A formação na alternância exige compromisso e maturidade tanto por parte dos alternantes como pelos monitores que são os formadores. Porque a dinâmica desse sistema educativo necessita da participação, envolvimento desses atores. Sem o envolvimento das famílias, das associações e instituições e das parcerias, inviabiliza-se a metodologia do processo. Essa concepção de educação rompe com a lógica do modelo tradicional escolar porque nela o educando torna-se o sujeito da sua própria formação.

Assim, o engajamento é fundamental para a execução das metas e dos objetivos que regem o sistema educativo na alternância. As finalidades estabelecidas darão a lógica das descontinuidades das atividades que vão ser organizadas pela instituição. Sob essa perspectiva de formação, a escola procura responder às necessidades referentes à qualificação dos jovens do campo, aliada a essa preocupação da orientação e inserção profissional e a formação geral.

A organização e o planejamento é que darão suporte às ações pedagógicas e administrativas que requerem uma participação efetiva dos agricultores camponeses, da equipe de professores/monitores e educandos e das comunidades rurais para poder realizarem-se as atividades propostas pelas EFAs. Para Queiroz (2004, p. 96):

Tudo isso exige de cada associação responsável pelo centro educativo um grande empenho, responsabilidade e perspicácia na construção deste Projeto Educativo. Porque este Projeto Educativo é que vai orientar e motivar todo processo de formação do alternante, possibilitando “uma continuidade de ação formadora numa descontinuidade de atividades”, a

formação integral em tempo integral e a “nascer, elucidar, formalizar ou modificar os projetos” dos alternantes. Com isso “a alternância torna-se também uma pedagogia do projeto”.

O papel da Associação mantenedora das EFAs é muito importante nessa pedagogia, pois é a responsável para o bom desempenho e funcionamento das escolas. A alternância busca trabalhar as experiências vivenciadas a partir do espaço vivido, para então confrontar as contradições com os saberes científicos –, ou seja, podendo-se assim construir a sistematização teórica da reflexão. Dessa forma torna-se uma proposta educativa escolar, como a alternância é também a pedagogia do projeto, por isso, precisa que haja nesse processo muita habilidade por parte do corpo docente para fazer com que a “Alternância seja verdadeiramente integrativa”. Para Gimonet (2007, p.94): “A alternância pode agir neste sentido porque oferece e diversifica os lugares e os espaços para testar, empreender, experimentar, manifestar-se, realizar, dar-se bem em alguma coisa. Ela torna experiências possíveis tanto no plano familiar quanto profissional ou social”.

Vale frisar que todos os procedimentos teóricos e metodológicos têm como foco o atendimento às carências do ensino escolar no espaço rural, na tentativa de promover a participação dos agricultores camponeses com ênfase no desenvolvimento local a partir dos elementos analisados para tornar a prática educativa como instrumento de mudança social e pensar o campo como alternativa viável. Além de orientar por meio da Educação Profissional, o desenvolvimento de projetos de sustentabilidade econômica objetiva fomentar experimentos com práticas em agroecologia e diversificação da produção nas pequenas unidades camponesas.

Os diferentes espaços e territórios são a matriz para que ocorra a aprendizagem, pois neles passam todas as relações políticas e sociais, por isso entender as diferentes relações e dinâmicas do movimento são fundamentais para o desenvolvimento do processo formativo.

O processo formativo da alternância atende dimensões relevantes: pensar o campo como espaço complexo e contraditório para analisar a diferenciação de modelo de agricultura que confronta com o projeto da agricultura camponesa, ou seja, levar em conta os aspectos socioculturais do homem do campo e no campo e seu modo de vida; Promover uma formação diferenciada e crítica a partir de uma concepção de educação inovadora que motive o engajamento dos educandos nos movimentos sociais. Preparar e qualificar os camponeses para atuarem de maneira efetiva e consciente das mudanças necessárias nos âmbitos locais e gerais.

As ações pedagógicas da escola tentam responder questões técnicas, políticas, econômicas, culturais, ambientais, de gênero, trabalho, migração, relação campo/cidade, religião (as diversas denominações religiosas), profissões, resistências, questões agrárias, produção, políticas públicas, educação e ensino, violência e permanência na terra.

Outro fator interessante nesse processo é a combinação que permite ao alternante estudar e desenvolver suas atividades sem abandonar o campo, como afirma Araújo (2007, p.63):

Em relação à Pedagogia da Alternância, ficou evidenciada a valorização que lhe é atribuída, pois ela permite aos jovens que moram no campo combinar a formação escolar com as atividades desenvolvidas na propriedade familiar, sem se desligarem da família e da cultura do campo. A alternância entre o meio escolar assegura ao estudante a formação teórica e prática, o fazer e o pensar, ação-reflexão-ação.

A proposta de um projeto diferenciado é destacada pela educação no/do campo, porque tem a preocupação de proporcionar a formação sem desvincular o aluno do campo do seu meio familiar e cultural. Trabalhar confrontos dos saberes científicos com os saberes cotidianos na interface dos diferentes espaços – formação profissional e a importância das instituições públicas e privadas durante a trajetória formativa do alternante para o aperfeiçoamento dos jovens.

A educação no/do campo quer construir reflexões e possibilidades de pensar o campo como espaço e território viável e, com as diversas experiências, viabilizar o fortalecimento das lutas na busca por políticas públicas no intuito de garantir as ações educativas, mas também fomentar a diversificação da produção no território camponês.

É importante destacar a Educação Profissional para a qualificação profissional dos jovens camponeses, quando o intuito é incentivar a diversificação das atividades desenvolvidas nas propriedades camponesas. A valorização da agricultura e sua relevância da produção de alimentos têm despertado interesse e debate nos diferentes setores da sociedade, com isso exige atenção para esse segmento que é viável, mas ainda carece de um olhar especial. Para Queiroz (2004, p.101):

A partir das lógicas contraditórias, a alternância fará a interface entre a escola e o trabalho, com uma dupla função: “uma função econômica” com a finalidade da “inserção” e do “emprego”, e “uma função pedagógica de qualificação”, com a finalidade da “formação e qualificação”. Daí a importância da Escola da Alternância que vai realizar “uma integração completa destas funções num sistema de interface entre a escola e o trabalho”, com quatro dimensões importantes: institucional, pedagógica, didática e pessoal. (grifos do autor)

O sistema de alternância encontra diversas dificuldades na articulação das diferentes relações tanto na escola como no trabalho. O que menciona o autor acima é a preocupação com a formação dos alternantes, uma vez que essa preparação precisa ir além do espaço escolar e familiar, do saber socializado, da qualificação profissional, da formação do senso crítico, precisa que a equipe pedagógica da escola tenha clareza desses objetivos e conhecimento da metodologia de ensino e da didática.

A escola deve estar inserida na dinâmica real das necessidades dos trabalhadores camponeses. Dialogar por meio das experiências construídas e vividas pelos camponeses faz com que a alternância torne a escola intermediadora desse processo de ensino.

Nesse sentido, a escola precisa intermediar essa relação que será discutida no próximo item.

A escola intermediando o diálogo numa perspectiva socializadora a partir do território camponês

As relações sociais e as transformações produzidas no espaço materializam a construção do território. Assim, pensar o território a partir das ações sociais, culturais, econômicas, religiosas, políticas e ideológicas e do pertencimento e enraizamento. Nesse cenário, estas manifestações e correlações de poder são resultado de uma contradição pelos diferentes agentes sociais. É neste arcabouço que se nota a importância da geografia para estudar e compreender a problemática do campo.

Na atualidade, a Geografia tem se colocado como uma ciência fundamental na análise das transformações socioespaciais e das dinâmicas territoriais. Para Santos (1997, p.71) “O espaço é o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”. Conhecer o espaço para nele atuar implica, antes de tudo, saber as ações que são geridas na construção e gestão do território.

Ler a realidade a partir das contradições do espaço vivido possibilita ao educando interagir e tomar consciência dos problemas locais e globais, somente se a escola for capaz de fazer o aprofundamento necessário do ponto de vista reflexivo e crítico. O que de fato vai ajudar os educandos a compreender a lógica, a dinâmica do movimento e agir na busca de soluções é o ir-e-vir, ou o vai-e-vem do alternante (aluno) que vivenciará realidades distintas no processo de formação e descobertas que constituem em conhecer o espaço em que vive e entender as relações que determinam a formação das territorialidades.

Nessa perspectiva, a educação do campo pensa o campo a partir da sua gente, da sua cultura e proporciona a ressignificação do modo de vida camponesa, mas também lutar por políticas públicas para dar suporte aos avanços conquistados por meio das organizações e lutas dos movimentos sociais do campo.

O diálogo com as instituições públicas (Agência Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário, os territórios: Estrada de Ferro, Cidadania Vale do Rio Vermelho e Médio Araguaia, as Secretarias de Agricultura do Município e do Estado e Secretaria de Educação) é muito importante no que diz respeito às ações conjuntas e de apoio à educação do campo e de fortalecimento da agricultura familiar.

As EFA's vêm desenvolvendo a construção, junto aos estudantes, o Projeto Profissional de Vida do jovem, que tem como função auxiliá-los junto às suas famílias. Conforme Slongo e Schmitz (2005, p. 78):

Esse trabalho consiste no desenvolvimento de cada jovem voltado para sua vocação. Vocação não determinada por ele, por seus pais ou monitores, mas resultante de um Plano de Formação. Desde o primeiro ano, os alunos, com os conhecimentos adquiridos vão focalizando os seus objetivos num PVJ.

A construção do Projeto de Vida do Jovem passa por todo um processo de pesquisa, de estudo e reflexão. O Projeto tem como foco o melhoramento técnico da propriedade, seja na área de produção agrícola ou pecuária. A experiência adquirida durante o tempo de permanência na EFA, os conhecimentos obtidos neste período capacitarão o jovem a executar o seu projeto com capacidade técnica, na perspectiva de melhorar a economia familiar. Vem ao encontro da preocupação de melhorar a qualidade de vida das famílias residentes no espaço rural. Por meio da orientação da equipe de monitores e, ao final do curso, os jovens assumem a tarefa de executar o projeto na sua propriedade. De acordo com Santos e Pinheiro (2005, p.41):

Numa visão empreendedora, o Projeto Profissional do Jovem, também chamado de "Projeto de Inserção Profissional", "projeto de Vida" "projeto pessoal" é o resultado de uma análise minuciosa da situação histórico-familiar da infra-estrutura para a produção agropecuária, do planejamento produtivo, das condições ambientais e climáticas, das políticas públicas, da realidade do comércio e do mercado consumidor, dos aspectos artístico-culturais, entre outros, que caracterizam a realidade do estudante, no âmbito familiar, do seu município e de sua região que, aliados aos conhecimentos proporcionados pela realidade de cada propriedade, levando em conta todos os aspectos desde econômico, social, técnico, proposta metodológica do CEFFA, a aptidão do jovem, a motivação e planejamento, constituem sua proposta de inserção profissional.

Neste sentido, a gestão do projeto é pensada para garantir não só a estabilidade econômica, mas também é discutida a sustentabilidade social, ambiental e cultural da comunidade. A princípio, a construção do projeto exige muita discussão teórica para estudar a viabilidade do projeto e ao mesmo tempo envolver a família, pois não se baseia numa ação individual, mas sim numa construção coletiva.

O projeto tem a função de promover o desenvolvimento do meio socioprofissional do educando. Este momento é importante porque há o envolvimento de toda a equipe de monitores/professores com o intuito de dar suporte para a elaboração do projeto do aluno. A escola considera que o projeto é de tal relevância que depois de pronto é submetido a uma banca para a apreciação, que acompanha a elaboração dos projetos profissionais dos jovens. A participação de outros atores é fundamental, porque assim a escola consegue parceria para debater os problemas que envolvem os agricultores rurais.

A função da formação na alternância é contribuir com os alunos na reflexão das possibilidades que existem no campo. Outra ação que deve ser observada pelas EFAs é o

debate das atividades que não sejam apenas agrícolas e pecuárias, mas pensar a vocação e o potencial da região, levando em conta o fator turístico com base na cultura local, ou seja, a escola precisa ajudar na transformação, considerando as novas implicações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, sem perder de vista a proposta educacional e a realidade dos educandos.

A Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI), apesar das dificuldades, tem conseguido fazer o debate relacionado à concepção projetada sobre a educação do campo. Essa é uma forma de a escola contribuir para aqueles jovens que querem permanecer no campo.

As territorialidades vão se formando de modo que as ações intensificam nas relações de poder e na produção territorial, determinadas pelas relações sociais e existenciais. A partir dessa perspectiva, os personagens deste processo (capitalistas, latifundiários, trabalhadores camponeses, instituições etc.) por meio das suas ações, apropriam e transformam o espaço, construindo assim seu território. Os elementos materiais e imateriais produzidos no cotidiano e nas diferentes relações e nas contradições da dinâmica social favorecem a sua afirmação e posse do território. A lógica camponesa busca construir, a partir das ações coletivas e da autogestão, as possibilidades de se afirmar como uma categoria social. Sendo que essas experiências vêm ocorrendo de forma expressiva nas manifestações de enfrentamento com o “latifúndio moderno” e na permanência na terra.

O que foi observado durante a pesquisa é se realmente a Alternância é integrativa e participativa. Na EFAORI ficou claro que o método de ensino é cúmplice nos demais espaços, pois possibilita a continuidade da aprendizagem nos diferentes ambientes (família, comunidade), sem dispersar a aprendizagem. Sendo que a participação dos alunos e das famílias acontece com maior intensidade nos eventos ocorridos na comunidade, mas ainda há muitas dificuldades no processo formativo da alternância no que diz respeito às descontinuidades das atividades no espaço vivido (família/comunidade).

A Coordenadora Pedagógica da EFAORI destacou a importância didática da escola se fazer presente nas comunidades rurais. Essa é uma das atividades que propõem a Pedagogia da Alternância: a interação escola e comunidade. Ainda segundo a Coordenadora, essa iniciativa surgiu quando os familiares eram convidados a participar das reuniões de formação para as famílias. Nesse sentido, sentiram a necessidade de, ao invés só das famílias virem à escola, a EFA também ir até as famílias. Desse modo, podendo estabelecer uma relação produtiva, participativa, didática e pedagógica, visto que a escola tem como objetivo a formação não só dos estudantes, mas dos camponeses como um todo.

Existe uma contradição de concepção referente à formação profissional, quando se concebe que o laboratório da escola é a propriedade do aluno. Percebe-se que essa argumentação reforça que todas as atividades serão realizadas nas propriedades das famílias dos educandos. Assim as EFAs teriam que realizar todo acompanhamento (orientações técnicas, campo de experimentação), mas acontece que essa justificativa revela ou anula o comprometimento de investir na educação profissional nas EFAs. Do ponto de vista técnico e didático, as EFAs necessitam de laboratórios, e o espaço das escolas deve ser também campo de experimentações para que os alunos possam difundir as experiências desenvolvidas no contexto socioprofissional.

As três EFAs pesquisadas possuem propriedades e espaços onde são realizadas atividades pedagógicas com cultivo de hortaliças, criações de animais de pequeno e grande porte como apicultura, bovinocultura, piscicultura e avicultura para o consumo das escolas. Estas práticas são utilizadas para fins pedagógicos e didáticos, ou seja, auxiliar na qualificação e na formação profissional dos alunos.

Percebe-se que as contradições no âmbito didáticopedagógico têm implicações na deficiência da formação profissional dos alunos. As faltas de infraestrutura e de assessoria técnica são também um entrave que precisa ser considerado, porque há dificuldades dos diretores e coordenação pedagógica quanto à educação profissional, ou seja, as EFAs, de modo geral, não conseguem pensar e organizar a educação profissionalizante.

Neste contexto, qual a finalidade da alternância no processo da formação profissional e a inserção no mercado de trabalho? O estudo do espaço e a criação de estratégias levam

a criar quais alternativas de permanência na terra? A finalidade da alternância serve como um meio para orientar a formação profissional e ajudar a pensar o meio familiar, econômico, cultural e ambiental?

As EFAs revelaram ser uma escola diferenciada no sentido de pensar o território rural e poder contribuir por meio das ações pedagógicas junto aos alunos e suas famílias. Por serem diferenciadas, trabalham uma discussão que motiva os alunos a participar e desenvolver, nas suas respectivas propriedades, atividades agrícolas, pecuárias e demais atividades por meio do ensino profissionalizante de Técnico em Agropecuária.

Nesse sentido, as escolas têm desafios importantes para serem analisados e refletidos no que se refere à sustentabilidade econômica das EFAs. Dos diversos problemas que foram constatados no decorrer da pesquisa, considera-se que o de maior impacto é no que diz respeito à educação profissional. Sabe-se o quanto é interessante para a qualificação profissional dos camponeses, mas devido à falta de recursos econômicos, faltam profissionais técnicos qualificados (engenheiros agrônomos, veterinários, zootecnistas, topógrafos e biólogos) e infraestrutura. Pode-se constatar a ausência de laboratórios para estudos e pesquisas na educação profissional das EFAs.

Considerações finais

Na elaboração e reflexão deste trabalho foi possível perceber que a Pedagogia da Alternância no Brasil e no Estado de Goiás, apesar de sua importância, precisa de ser teorizada para uma melhor compreensão das suas ações pedagógicas e ajudar o corpo docente na efetivação das práticas de ensino para o espaço rural.

As EFAs já desenvolvem uma proposta de educação para a realidade camponesa e têm como objetivo contribuir na reflexão para a identificação da problemática do campo que circunda essa realidade e, com isso, preparar os alunos para atuarem nas mudanças locais, ou seja, nas comunidades rurais. Mas essa atuação necessita de melhorar a formação dos professores, que, no entanto, encontram muitas dificuldades na prática do ensino da Pedagogia da Alternância e ao mesmo tempo fortalecer a educação profissional de técnico em agropecuária.

Essa perspectiva de pensar a educação no/do campo com a participação dos sujeitos no processo educativo tem demonstrado que novas formas de educar têm surgido das lutas dos povos do campo. Dentre essas, a Alternância tem relevância significativa pelo fato de dialogar com os diferentes atores envolvidos: escolas (professores), pais, alunos, comunidades e instituições de apoio que ajudam na realização do projeto. Mas nem sempre essa prática vem acontecendo de forma satisfatória nas EFAs de modo geral.

As dificuldades econômicas, pedagógicas e administrativas têm implicação direta na prática formativa da alternância. A superação desses problemas está na capacidade de aprofundar a reflexão para encontrar alternativas e lutar por políticas públicas que venham contribuir para a efetivação e consolidação dessa proposta de ensino que é de suma relevância para os camponeses e a sua permanência na terra.

A importância e a dimensão pedagógica da alternância dentro dessa perspectiva de educação de pensar o território e as suas múltiplas relações, o tempo e a natureza integrados ao espaço e ao tempo do campo proporciona às Escolas Família Agrícola um diferencial que é o de estudar e entender aos problemas com que deparam os agricultores camponeses. Isso faz com que a escola tenha uma proposta de educação inovadora.

Cabe às Associações mantenedoras das EFAs e às equipes pedagógicas debruçar e debater as questões polêmicas que as escolas enfrentam e estabelecer diálogo com a Regional da Associação das Escolas Família Agrícola do Centro-Oeste e Tocantins (AEFACOT), com a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), com os poderes públicos municipal, estadual e federal, uma vez que a educação é dever do Estado e está assegurada na Constituição Federal de 1988. Além de dialogar com os movimentos sociais, visando ampliar o debate e promover ações conjuntas em defesa das

EFAs e da consolidação da Pedagogia da Alternância e da educação no/do campo no Estado de Goiás.

A necessidade de ampliar o debate em prol de uma proposta de educação no/do campo tem respaldo em vários setores da sociedade e também do poder público que reconhece o direito das populações do campo em ter escolas diferenciadas e que respondam aos seus interesses e anseios, numa perspectiva que venha contribuir para uma formação geral e humana.

Nesse sentido, as escolas têm desafios importantes para serem analisados e refletidos no que se refere à sustentabilidade econômica e pedagógica das EFAs. Dos diversos problemas que foram constatados no decorrer da pesquisa, considera-se que o de maior impacto é no que diz respeito à educação profissional. Sabe-se o quanto é interessante para a qualificação profissional dos camponeses, mas devido à falta de recursos econômicos, faltam profissionais técnicos qualificados (engenheiros agrônomos, veterinários, zootecnistas, topógrafos e biólogos) e infraestrutura.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Sandra Regina Magalhães. A Alternância na formação do jovem do campo: o caso da escola Família Agrícola de Angical (BA). In. Educação na Alternância: cidadania, e inclusão Social no Meio Rural Brasileiro. (orgs). Oliveira, ADÃO, Francisco de. e NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. – Goiânia: Ed. Da UCG, 2007. 162 p.

GIMONET, Claude Jean. Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs – tradução de Thierry Burghgrave – Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos familiares de Formação Rural, 2007. 162p.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás-EFAGO. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2005. 308p.

QUEIROZ, João Batista P. de. Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: Ensino Médio e Educação Profissional. Brasília, Departamento de Sociologia, 2004. 210p. Tese de Doutorado.

SANTOS, Idalino Firmino dos e PINHEIRO, João Emílio Lemos. O CEFFA e o projeto Profissional do Jovem. In. Revista da Formação por Alternância – Ano 1-Nº1 (2005) Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. 140 p.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5ª ed. Editora Hucitec. – São Paulo, 1997. 124p.

SECAD: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília – DF – março de 2007. 81 p.

SLONGO, Dirce Maria e SCHMITZ, Terezinha. O Projeto Profissional de vida dos Jovens – PPVJ. In. Revista da Formação por Alternância – Ano 1-Nº1 (2005) Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. 104p.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 135p.